

A RELAÇÃO DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O que pensam os docentes sobre o tratamento atribuído a meninos e meninas na escola?

MAURÍCIO PEREIRA BARROS

Resumo

O objetivo desse trabalho é entender como os docentes da educação infantil veem a formação de meninos/as no contexto escolar, de modo a identificar se existe algum tipo de tratamento diferenciado às individualidades das crianças no contexto da escola, e analisar como a mesma se organiza para acolher e educar as crianças na educação infantil. A metodologia empregada é de abordagem qualitativa de acordo com as ciências humanas e sociais. Ademais, a pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo descritiva, explicativa e de campo realizada com cinco professoras da Educação Infantil numa escola da rede municipal de ensino do município de Picos - PI. Os resultados permitem afirmar que há carência no espaço educacional acerca dos temas referentes ao gênero e sexualidade no contexto escolar. Foi possível identificar pouca afinidade por parte das docentes envolvidos na pesquisa com as questões relacionadas às construções de gênero, e isso pode ser considerado pelo fato da ausência de formação complementar e de qualificação referente ao tema. Por fim, no que se refere às questões de gênero e sexualidade foi possível notar que é preciso criar estratégias que esclareçam e estimulem a reflexão da comunidade escolar com relação a essa temática.

Palavras-chave: Gênero. Educação Infantil. Sexualidade. Formação Docente. Escola.

Introdução

O conceito de gênero sugere um conjunto de fatores socioculturais atribuídos aos corpos que definem a ideia de masculino e feminino, isto é, a condição de gênero tem por base os significados que indicam o que é ser mulher e o que é ser homem, e não está ligado a condição anatômica dos corpos. Pensar o conceito de gênero pode contribuir para o melhoramento da sociedade, pois nos leva a questionar os padrões sociais estabelecidos para as meninas e meninos em formação. Os estudos de gênero evidenciam a possibilidade de reverter injustiças e construir um horizonte equânime na relação entre homens e mulheres (HEILBORN, 2004).

Foi pensando em como são reproduzidas e naturalizadas as desigualdades de gênero que perpassaram toda vida escolar, e mais expressivamente na fase adulta, com o ingresso no curso de licenciatura em Pedagogia, que tanto sensibiliza para as questões das diversas desigualdades sociais, bem como alerta ao senso crítico em relação aos paradigmas da sociedade e as diversidades, que foi surgindo a probabilidade em estudar o tema.

A escolha em pesquisar a Educação Infantil parte da preocupação em como a escola lida com as questões de gênero e sexualidade tão silenciadas ao longo do tempo e como as professoras e professores se preparam para extinguir práticas sexistas do cotidiano escolar e formar as crianças nas primeiras séries de forma mais equânime.

Desse modo, o objetivo desse estudo é entender como as professoras e professores da educação infantil veem a formação de meninos e meninas no contexto escolar; de modo a identificar se existe algum tipo de tratamento diferenciado às individualidades de meninos e meninas no contexto da escola; e analisar como a escola se organiza para acolher, conviver e educar as crianças na educação infantil.

Para analisar como se dá a formação e sexualidade de meninos e meninas no contexto escolar da Educação Infantil, foram elaboradas as seguintes perguntas: Quais os principais

comportamentos diferenciados entre meninos e meninas na escola? De que maneira isso ocorre?

Desde a infância passamos por todo um processo de internalização referente às construções de gênero. Quando pensamos o ambiente escolar, iniciando a socialização secundária, isto é, qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (BERGER E LUCKMANN 1973), pode-se verificar divisões entre comportamentos considerados femininos, para as meninas, e masculinos, para os meninos.

Sabendo disso, torna-se importante a reflexão sobre como certos padrões comportamentais estão mantidos até hoje, ainda que de forma mais velada, pois assim como a sociedade, as instituições escolares também sofrem mudanças com o passar dos tempos. Porém, muitas condutas ainda estão baseadas nos manuais e livros de boas maneiras dos séculos passados, e com isso os processos de escolarização ainda estão pautados no controle dos corpos, que impõem uma série de hábitos, costumes e comportamentos considerados adequados às crianças e jovens em formação.

Gênero, sexualidade e formação de professores

As transformações sociais ocorridas nos últimos séculos, e principalmente no período pós-revolução industrial e do advento da tecnologia, trouxeram modificações nas condições culturais e de ideologia de gênero e sexualidade. Porém, alguns debates permanecem na sociedade como sendo cristalizados, de um pensamento que se mantém através das gerações e por um discurso naturalista sobre as identidades de gênero. Sabendo disto, torna-se fundamental o estudo mais aprofundado sobre como essas ideias estão sendo levantadas e orientadas pelos professores/as no ambiente escolar.

Esse discurso vem sendo constituído através dos anos com a defesa de que as construções de gênero são dadas naturalmente, ou seja, os fatores biológicos incidem e consolidam as identidades de gênero, bem como as sexualidades consideradas adequadas a meninos e meninas, homens e mulheres. Nesse tocante, Braga (2010) faz reflexão pertinente a este equívoco que permeia os espaços sociais. Segundo a autora:

A diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que é ser homem ou mulher, ou melhor, as diferenças anatômicas de se nascer macho ou fêmea. Sexo é atributo biológico, enquanto gênero é uma construção social e histórica. A noção de gênero, portanto, aponta para a dimensão das relações sociais do feminino e do masculino (BRAGA *apud* BRAGA, 2010, p.206).

Sendo assim, entendemos que gênero é uma construção sócio-histórica e cultural das manifestações identitárias de mulheres e homens em suas relações de poder. Esse debate é

relevante, pois os estudos de gênero pesquisam o lugar ocupado pela mulher e pelo homem na sociedade, esta que trata de forma desigual esses sujeitos, sendo atribuídos processos de hierarquização, e comumente submete a figura feminina a ocupar espaços menos privilegiados em relação aos privilégios concedidos aos homens.

Gênero e sexualidade na escola: É possível pensar?

Um dos campos mais favoráveis para o desenvolvimento de projetos de estudos sobre gênero e sexualidade é a esfera educativa, possibilitando uma cidadania mais justa para com a diversidade sexual e de gênero, trabalhando na garantia por espaços mais equânimes e menos sexistas. No entanto, essas discussões devem ser respaldadas por meio dos conhecimentos científicos, desse modo podendo recriar a sociedade e extinguir com o preconceito e representações ideológicas advindas do senso comum ou de princípios religiosos, em todo e qualquer espaço social.

A escola, igualmente a qualquer outro meio de socialização, é marcada pela contextualização histórica e social, o que explica as reproduções das estruturas de poder que um gênero tem em relação ao outro como também a exigência da heterossexualidade dada como sendo a orientação sexual natural dos seres humanos.

Pode-se imaginar que a falta de conhecimentos por parte dos profissionais da educação os incita o receio em trabalhar as problemáticas das desigualdades de gênero e as diversas faces de manifestações de sexualidade, o que geralmente acaba limitando o assunto no ambiente educacional e contribuindo para que a formação de identidade de gênero da criança se dê, na maioria dos casos, de forma desfavorável. Essa consideração é baseada na vivência escolar, familiar, cotidiana que deforma com o intuito de formar pessoas na tendência de não aceitar a diferença ou usar da condição de gênero para subverter as possibilidades relacionais nos meios sociais.

Assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9.394/1996), planejada pelo Plano Nacional de Educação, e sua oferta prevista na Constituição Federal, a Educação Infantil é o primeiro nível da educação básica, direcionada a crianças de 0 a 5 anos. O PNE, “instrumento de planejamento do nosso Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor” (PNE 2014/2024, p. 7), traz as definições de objetivos e metas para o ensino em todos os níveis, e é revisado a cada 10 anos, tendo sido a sua última atualização 2014. Tendo em vista a documentação normativa que regulamenta a educação básica, a discussão de gênero e sexualidade é mantida de forma subtendida e não mencionada, como se não houvesse importância em prever na lei reflexões que impulsionem maneiras de convívio e sobrevivência mais justas e igualitárias.

A este respeito podemos exemplificar trechos de documentos normativos que revelam que a feitura do texto se dá através de uma linguagem que oculta os nomes e pronomes



EDUCAÇÃO 5.0
A Revolução da Aprendizagem

21 A 23
Setembro

femininos:

“É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.” (CF / 1988, Art. 207).

“Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e professores...” (LDB, no. 9.394/1996, Art. 25).

“Promover debates com a sociedade civil sobre direito dos trabalhadores à assistência a seus filhos e dependentes com creches e pré-escolas.” (PNE Educação Infantil, p. 16).

“A questão da educação e a cobrança de resultados, tanto das metas como dos objetivos proposto neste plano, envolverão comunidade, alunos, pais, professores e demais trabalhadores da educação” (PNE Ensino Fundamental, p. 21).

Hipoteticamente é possível considerar que a distinção de gênero parte de um pressuposto mais amplo na sociedade, onde a figura masculina aparece em maior evidência e ocupando os espaços privilegiados em relação aos espaços ocupados pelas mulheres. Isto porque a cultura sexista está inscrita nas entrelinhas inclusive das leis que orientam a vida em sociedade.

As manifestações sexuais e de gênero são refletidas no contexto escolar de maneira infundável, porém essa temática é trabalhada de forma inadequada, pois as instituições apresentam dificuldades e evidenciam o despreparo para tal.

O corpo na escola infantil: vivências e polêmicas

O ingresso na escola do ensino regular é marcado pela cultura institucional onde a criança terá que se adaptar as normas e regras fixadas neste ambiente. Existe horário para todas as atividades que já estão predefinidas pelas professoras e professores, e o aluno que chega recebem as ordens e as cumprem, sem que haja uma consulta do que gostariam de fazer com aquele tempo destinado à aprendizagem.

A postura, a fala e o silêncio e toda forma de se comportar em sala de aula também são controlados pelas educadoras e educadores. O corpo escolarizado é mantido sentado por algumas horas, treinado no silêncio ou, quando a fala é permitida pelo docente. Isto indica que o ambiente escolar produz corpos adestrados. O controle dos corpos se dá pela repetição constante de como se comportar, sendo um dos pontos mais determinantes no cotidiano escolar.

Quando voltamos à discussão para as questões de gênero, podemos perceber que o fato de ser menino ou menina delimita as possibilidades dos seus corpos. A respeito disto Louro (2000) escreve:

A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e

definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (p. 6).

A escola é uma rede de poder presente desde muito cedo na vida das pessoas. Suas normas e regras vão moldando as identidades de todos os agentes nela inseridos. Existem diversas estratégias intencionadas a fixar a identidade feminina ou masculina considerada normal. “Este intento articula, então, as identidades de gênero “normais” a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual” (LOURO, 1997).

As questões de gênero e diversidade sexual são alvos de discriminação carregada de preconceito que comumente se manifestam nas instituições, sobretudo nas instituições escolares. Podemos considerar essas situações como conflituosas. As relações interpessoais se dão por meio da interação social. No ambiente escolar essas relações são mantidas diariamente e têm inúmeras formas de expressões, estas, quando estabelecidas com base no respeito e harmonia torna o ambiente educativo saudável.

Embora seja uma temática que entrou para a pauta de assuntos relevantes atualmente, é preciso atentar para as marcas já deixadas pelas práticas que expressam o que é permitido e o que é esperado de meninos e meninas, num sentido binário e oposto. Há uma pequena repercussão em termos de formação docente e práticas mais concretas no planejamento escolar. De toda forma, é imprescindível nos colocarmos a pensar sobre o lugar das mulheres e dos homens na educação, ou a educação como produtora de homens e mulheres.

Metodologia

Este trabalho fundamenta-se na abordagem qualitativa de pesquisa, pois está baseada nos paradigmas das ciências sociais e humanas. A pesquisa qualitativa está direcionada ao estudo dos motivos, causas de um fenômeno, ou mesmo busca valores, crenças, ou seja, um olhar sensibilizado acerca do tema pesquisado. A convivência direta com o objeto de estudo proporciona um olhar sensível do pesquisador (a) em uma pesquisa qualitativa. As perspectivas metodológicas ou teóricas, técnicas de investigação ou objetos de pesquisa são o diferencial da pesquisa qualitativa.

Definida a abordagem da pesquisa é necessário expor e explicar os tipos de pesquisa utilizados para elaboração do presente trabalho. Esse estudo orientou-se com finalidade descritiva e explicativa. Sendo que a descritiva “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42) e explicativa que “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

Esse estudo foi realizado no município de Picos - PI. Os sujeitos escolhidos para esta pesquisa são 10 professores (as) da educação infantil da escola em questão. O motivo pela escolha de professores (as) se dá pelo fato da evidência que esses (as) agenciam. Isto é, estão a maior parte

do tempo e espaço escolar interagindo com os alunos (as), e dentro de sala de aula, quando se trata de crianças, os (as) educadores (as) são os principais exemplos de comportamentos e atitudes, o que de certo modo acaba por influenciar nos comportamentos dos alunos e alunas. Ademais, a pesquisa foi realizada numa escola da rede de ensino municipal do município de Picos, sendo utilizado como instrumentos de coleta o questionário aberto e a observação não participante.

Análise de dados

As respostas obtidas das professoras nos direcionam a reflexão sobre o quão invisíveis são as questões relacionadas ao gênero e sexualidade, pois parece haver dificuldades em reconhecer as manifestações de sexualidade no contexto escolar.

Sobre os principais comportamentos diferenciados entre meninos e meninas, encontramos as seguintes respostas:

Professora A: “O comportamento das meninas é sempre diferenciado, salvo algumas meninas que brincam como meninos, mas isso é esporádico”.

Professora B: “Depende de cada um. Há meninos mais agitados ou meninas e vice-versa. Nada é estável”.

Professora C: “Nas falas das crianças, nos brinquedos e nas brincadeiras, os gestos”. **Professora D:** “Os meninos gostam de brincar de luta. As meninas de maquiagem”. **Professora E:** “A questão da agressão, nas brincadeiras dentro e fora da sala de aula”.

É possível perceber nas falas das professoras em questão o pensamento que predomina sobre o comportamento diferenciado entre meninos e meninas é originado pela própria criança. Isso fica bastante evidente, por exemplo, na fala da professora D, onde diz que “meninos gostam” de forma a afirmar que esse gostar está sendo determinado por ele, e não que tenha apreendido socialmente que meninos brincam de luta, e “as meninas de maquiagem”. Desse modo, a determinação de comportamentos diferenciados expresso pela professora A que diz: “algumas meninas que brincam como meninos” tende a ser determinista.

Para complementar a categoria de análise sobre a formação de gênero no contexto escolar, é preciso sondar como estão pensadas as identidades de gênero e sexualidade no PPP da escola. Quando questionadas sobre como são pensadas as questões de gênero no Projeto Político Pedagógico, três deixaram em branco, e as demais alegaram que o PPP está sendo atualizado. Podemos então deduzir que as questões de gênero não são contempladas no PPP vigente da escola.

Esse fato pode explicar o que foi evidenciado no terceiro questionamento dessa categoria. O que pensam as professoras sobre a construção de gênero? É dada naturalmente ou é uma construção social? Sobre como são dadas as construções de gênero, tivemos a

unanimidade das respostas alegando que as construções da identidade de gênero são dadas naturalmente. A professora D completou dizendo: “*Criança não sabe nem porque vive quanto mais o que vai ser. Adolescente vai muito por modismo*”.

Em relação à visão naturalista das professoras referentes às questões de gênero, Felipe (2004) explica:

O conceito de gênero procura se contrapor à ideia de uma essência (masculina ou feminina) natural, universal e imutável, enfatizando os processos de construção ou formação histórica, linguística e socialmente determinada. A constituição de cada pessoa deve ser pensada como um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida em diferentes espaços e tempos. Desta forma, o conceito de gênero trouxe-nos a possibilidade de colocar em discussão as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, posicionando-os como desiguais em suas possíveis e múltiplas diferenças (p. 33).

Portanto, é preciso que os professores e professoras da Educação Infantil tenham a sensibilidade de saber que meninos e meninas estão em processos de formação da identidade, sendo esta desenvolvida inclusive durante a infância. Sendo assim, torna-se importante refletir aqui como acontece no cotidiano escolar o tratamento às diferenças de gênero e sexualidade na escola.

Em outra fala, a professora E diz que “não, até porque não existe distinção entre meninos e meninas”. Nesse tocante, Louro (2000) associa que a “passagem pelos bancos escolares deixa marcas. Permite que se estabeleçam ou se reforcem as distinções entre os sujeitos. Ali se adquire todo um jeito de ser e de estar no mundo” (p. 125).

A professora A disse que procura “aproveitar as orientações que eles trazem de casa”, enquanto a professora E comenta que “aqui trabalhamos com pré-escolar, portanto não conversamos muito sobre orientação sexual, mas passamos sempre que o preconceito e a falta de respeito são coisas impostas pela sociedade”. Professora B disse que essa seria uma resposta repetitiva, ou seja, argumentou que as demais respostas contemplavam a esse questionamento.

Algumas falas são direcionadas como se as crianças inseridas no contexto escolar tivessem forada realidade da construção das identidades de gênero. Entretanto, essa construção se faz e refaz durante todas as etapas da vida, é uma transformação constante.

Assim, Lima (2007) considera:

A construção da identidade e de gênero é vivida pelas crianças da educação infantil através das brincadeiras, das palavras, dos gestos, das atividades reconhecidas como masculina e feminina. Nesse sentido, as crianças internalizam e reproduzem as relações estabelecidas por homens e mulheres, sendo que algumas, são caracterizadas pela reprodução de estereótipos socialmente atribuídos aos gêneros. Mesmo que a criança já tenha construído o núcleo de sua identidade de gênero até os três anos de idade, a construção da identidade de gênero é um processo que se desenvolve por toda vida. (p.46-47)

Em relação à última pergunta que orienta essa categoria de análise, foi questionado sobre os comportamentos de origem preconceituosa por parte das crianças. As professoras responderam de tais maneiras:

Professora A: “Não existe preconceito entre crianças, elas são muito receptivas”;

Professora B: “Não, por eles serem pequenos e idade até 5 anos, não costumo presenciar nenhum preconceito”;

Professora C: “Racismo, característica física (gordo, obeso, alto, baixo feio, bonito) Pobre ou rico (um brinquedo que outro tem e outro não)”;

Professora D: “Não com relação a sexualidade. Acontece alguns casos de crianças mais gordas. Como temos muitos casos de crianças com necessidades especiais. Eles já entenderam que ser diferente é normal”;

Professora E: “Não”

Nesse universo de compreensões, se podem verificar em falas como as das professoras ‘C’ e ‘D’ que questões relativas ao corpo precisam ser mais bem trabalhadas no contexto educacional. Como sabemos, preocupações com o cuidado de si e do outro e com relação a aceitação e reconhecimento do próprio corpo ficam em segundo plano como sendo algo dissociado dos processos de aprendizagens escolares.

Os preconceitos surgem a partir da não aceitação das diferenças, e a escola deveria ser uma das instituições responsáveis pelo combate a qualquer tipo de preconceito utilizando-se de estratégias que valorizem a diversidade da sociedade multicultural existente em nosso país. A pergunta seguinte que desvenda outros resultados dessa categoria foi: Qual o seu olhar sobre as identidades de gênero (orientações sexuais) presentes na escola? A este respeito se pode observar pouca afinidade com o tema. Um ponto interessante a ser relatado nessa questão é de que, durante a pesquisa de campo e no momento de recolher os questionários, a professora que chamamos de ‘C’ confessou ter buscado fontes para respondê-lo, mesmo que as respostas tenham sido pessoais.

Este foi um momento significativo, pois na fala da mesma, ficou evidenciado um incentivo a reflexão de tais questões que passam despercebidas num ambiente rico em diversidade e de construção da identidade e do conhecimento. Nessa questão, a professora ‘C’ nos conta: “não defini ainda o meu olhar sobre as diferentes identidades de gênero, pois vejo com tranquilidade os meninos que não gostam de brincar com meninos e sim com meninas, em brincadeiras mais amenas, e meninas que gostam de brincar com meninos em brincadeiras mais agressivas”.

Conclusão

Como já amplamente debatido, entendemos que as professoras envolvidas têm uma visão tradicional e conservadora sobre a formação de gênero de meninos e meninas no contexto

estudado. Identificamos que as professoras alegam que não percebem existir tratamento diferenciado às individualidades, mas isto é algo que mais na frente passa a ser contraditório, pois o determinismo naturalista está expresso em muitas falas. Imagino que a maior dificuldade em acompanhar transformações sociais, e a luta pela igualdade entre as pessoas seja advinda da ausência pela procura dos conhecimentos complementares, e principalmente na formação docente, que aqui, pudemos analisar que a inexistência dessa formação sobre o tema estudado, indica que a escola não identifica a importância de estudá-lo.

Sendo assim, as dificuldades são comuns em todo e qualquer trabalho de pesquisa, principalmente quando se trata de uma pesquisa de campo que requer a colaboração de pessoas, muitas vezes desconhecidas, e com este estudo não foi diferente. Pude sentir dificuldades quanto à possibilidade de observação na escola pesquisada, pois, de acordo com a coordenação pedagógica, quando se trata de observação dos alunos e alunas, ou seja, das crianças em sala de aula, as mesmas ficam dispersas quando da presença de uma pessoa estranha, e, por este motivo, a observação para este trabalho aconteceu de forma breve, em menos tempo que o tempo desejado para a pesquisa.

Por fim, não se pode perder a esperança em conviver num país e num mundo mais igualitário, menos machista, sexista e discriminatório. No campo educacional ainda há muito que ser tratado para a melhoria da ação educativa. Incentivos devem ser difundidos à comunidade em geral, mas principalmente ao corpo docente que é tão presente no processo de ensino e aprendizagem. Se o ensino está livre de ações que contribuem para a relutância das desigualdades, certamente, este ensino será eficaz na transformação efetiva da sociedade.

Referências

BRAGA, Eliane Rose Maio. Gênero, sexualidade e educação: questões pertinentes à Pedagogia. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. FAUSTINO, Rosângela Célia. **Educação e Diversidade Cultural**. Maringá: EDUEM, 2010, pp. 205-218.

BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Orientação sexual**/ Secretaria de educação. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais**– Brasília: MEC/CEB, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

FELIPE, Jane. Infância, gênero e sexualidade. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 1, n. 25, p. 115-131, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza. “**Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade**”.

Cadernos Cepia nº 5, Gráfica JB, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 73-92 (apoio Fundação Ford e UNIFEM).

IMA, Luiz Fernando Alves. **A construção da identidade de gênero na educação infantil: Princípios de igualdade reconhecidos nas diferenças**. ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 1, Volume 02 | 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ Uma perspectiva pós-estruturalista / : Vozes, 1997.

_____. **Corpo, escola e identidade**. Educação e Realidade , Porto Alegre, v. 25, n.2, 2000.